



Supremas chicanas

JUDICIÁRIO As incansáveis manobras da dupla Cármen Lúcia e Edson Fachin para manter Lula preso e inelegível

POR MIGUEL MARTINS E RODRIGO MARTINS

Na última sessão da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal antes do recesso na Corte, não houve réu que não tenha sido contemplado com decisões favoráveis de Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Em apenas um dia, o colegiado formado pelos três ministros, além de Edson Fachin e Celso de Mello, barrou uma ação contra o deputado estadual tucano Fernando Capez, acusado de desviar recursos da merenda escolar em São Paulo, rejeitou uma denúncia contra o deputado federal Thiago Peixoto, do PSD, considerou ilegal uma busca e apreensão na casa da senadora Gleisi Hoffmann e de seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, e libertou o ex-ministro José Dirceu.

A julgar pela disposição do trio de ministros em desafiar as teses da Lava Jato, um julgamento de Lula pela Segunda Turma talvez tivesse um desfecho positivo para o ex-presidente. Essa era a esperança de petistas e advogados quando Fachin marcou, em meados de junho, a análise de um recurso do petista que pedia sua liberdade para a mesma sessão da terça 26. Os últimos movimentos do relator da Lava Jato no Supremo mostram, porém, que o seu grande objetivo é estender ao máximo a prisão de Lula.

Na sexta-feira 22, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região preparou o terreno, e Fachin rapidamente colheu os frutos. Após omitir-se por 60 dias, a Corte

de apelação da Lava Jato decidiu negar a admissibilidade de um recurso extraordinário, que permite ao réu ser julgado pelo STF, e autorizou apenas a análise pelo Superior Tribunal de Justiça.

“É uma evidente chicana, com o objetivo de frustrar o julgamento previsto para 26 de junho”, protesta o ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão. “Fachin deveria reafirmar a autoridade do Supremo, manter a pauta, até porque a medida cautelar permanece atual e certamente haveria um agravo de instrumento apresentado pela defesa, como de fato ocorreu. Em vez disso, optou pelo caminho mais curto e, ao que tudo indica, combinado com o tribunal de Porto Alegre.” Menos de uma hora após o despacho, Fachin suspendeu a análise do caso pela Segunda Turma. Segundo ele, o pedido de efeito suspensivo da pena de Lula estava prejudicado com a decisão do TRF4. A chicana estava cancelada.

A defesa de Lula insistiu em trazer o tema à pauta da sessão, pois se tratava da última reunião do colegiado antes do

recesso. Na segunda-feira 25, apresentou mais um recurso ao STF, em que pedia para o ministro reconsiderar a decisão de suspender o julgamento. Fachin não atendeu ao pedido. Preferiu, como havia feito no caso do *habeas corpus* negado a Lula pelo STF, remeter o tema ao plenário.

A decisão de Fachin abriu uma nova preocupação para a defesa. Em sua argumentação, o ministro defendeu que o tema deveria ser analisado pelos 11 integrantes da Corte por ter relação com a Lei de Inelegibilidade. No recurso ao STF, os advogados de Lula não chegaram a pedir à Corte para liberar a candidatura, mas o relator da Lava Jato pareceu adiantar-se. Fachin diz que a análise pelo plenário é “exigência expressa” do artigo 26-C, incluído pela Lei da Ficha Limpa em 2010. O texto é relevante para a estratégia petista, pois garante que um órgão colegiado de tribunal competente pode suspender a inelegibilidade “sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal”. Com a decisão de levar o recurso ao plenário sob tal pretexto, é provável que a Corte não analisará apenas a libertação de Lula, mas a possibilidade de ele ser candidato.

“A Segunda Turma poderia perfeitamente julgar o recurso e definir se ele se estende ou não para a questão da inelegibilidade”, observa Aragão. “Por que Fachin mandou o caso para o plenário? Ele sabe que, na Segunda Turma, é voz minoritária. Mais uma vez deu uma

Agora, o recurso do ex-presidente só será analisado em agosto, após o recesso do STF



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 33

Marcos Coimbra.

A 100 dias da eleição persiste a polarização entre o PT e Bolsonaro



GIL FERREIRA/AG. CNJ E HEULER ANDREY/AFP

Trama. Carmen Lúcia recusa-se a pautar as ações que questionam a prisão antes do trânsito em julgado. Fachin passa a perna nos colegas da Segunda Turma

rasteira em seus colegas. Um ministro do Supremo não pode se comportar desse jeito. Parece que faz tudo para frustrar qualquer tipo de recurso do ex-presidente para a sua soltura e para participar das eleições. Pega muito mal.”

O calendário parece ajustado sob medida. Com o recesso no STF, o recurso de Lula só poderá ser pautado em agosto. Entrará na ordem do dia por decisão de Carmen Lúcia, presidente do STF, cujas manobras para evitar decisões



Seu País

favoráveis a Lula são semelhantes às de Fachin. O PT planeja inscrever a candidatura em 15 de agosto, mas um possível julgamento antecipado sobre o tema pode frustrar os planos. O objetivo era registrar o nome de Lula e aguardar uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que tende a barrar o ex-presidente com base na Lei da Ficha Limpa. Só então o partido planejava recorrer ao STF contra a inelegibilidade.

Há tempos, o ministro Marco Aurélio Mello tem exposto a divisão do Supremo. Em entrevista à rede de televisão portuguesa RTP, veiculada na sexta-feira 22, afirmou considerar a prisão de Lula ilegal, por violar uma das disposições do artigo 5º da Constituição, a tratar dos direitos e garantias fundamentais do cidadão. “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, recitou o magistrado, antes de alfinetar colegas da Corte que ora manifestam entendimento diverso. “Processo, para mim, não tem capa, tem unicamente conteúdo. Eu não concebo, tendo em conta minha formação jurídica, tendo em conta a minha experiência judicante, não concebo essa espécie de execução.”

Dois dias depois, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, Marco Aurélio voltou à carga, desta vez com contundentes críticas à atuação da colega Cármen Lúcia, que se recusa a pautar três Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) sobre a execução da pena pós-condenação em segunda instância, antes do trânsito em julgado. “A presidente está retendo esses processos, não designa data para julgar. Eu liberei as duas declaratórias de inconstitucionalidade em dezembro do ano passado”, queixou-se

Estranho no ninho. “Processo, para mim, não tem capa, tem unicamente conteúdo”, diz Marco Aurélio Mello, para quem a prisão de Lula é ilegal



FELIPE SAMPAIO/STF E EVARISTO SA/AF



o ministro. “A presidente, muito poderosa, não designa dia, e ficamos por isso mesmo. Cabe, evidentemente, à parte da ação provocar. Não sou representante da parte para brigar com a presidente.”

Procurador de Justiça aposentado do Rio Grande do Sul, o advogado Lenio Luiz Streck observa que o debate está umbilicalmente relacionado ao princípio da presunção da inocência. “Tivesse o STF julgado, no mínimo, a ADC 54, estaria claro que a prisão em segunda instância não é automática. Simples assim. Só há 2 votos pela automaticidade, dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. Logo, todas as prisões automáticas de réus condenados em segundo grau, entre eles Lula, são ilegais e inconstitucionais”, afirmou, em entrevista ao site de *CartaCapital*.

Professor de Direito Constitucional da Unisinos e pós-doutor pela Universidade de Lisboa, Streck é um dos 250 signatários de um manifesto de advogados e juristas que qualificou a recente decisão de Fachin sobre Lula como uma “manobra regimental”, a postergar a decisão sobre a liberdade do ex-presidente e ameaçar os direitos de “milhares de encarcerados no Brasil”. Segundo ele, o Direito vem sendo substituído por juízos morais e políticos dos julgadores. “Chegamos ao ponto em que o ministro Barroso defende que, entre a voz das ruas e a voz da Constituição, o STF deve ficar com a voz das ruas. Diz também que o STF deve ser a vanguarda iluminista do País. Isso é inusitado. Os maiores constitucionalistas do mundo discordam dessa tese”, afirma. “Prevaleceu a tese de que o Direito é o que os tribunais dizem que é. Logo, o Direito vale menos do que aquilo dito pelo Judiciário. Por isso afirmo que, hoje, defender a legalidade no Brasil é um ato revolucionário.”

Mesmo antes da prisão, Fachin demonstrava pouco apreço pelos pedidos da defesa de Lula. O fato de o petista não ter tido direito ao recurso que levou à

Em manifesto, 250 advogados e juristas repudiam as manobras judiciais contra Lula

liberdade de Dirceu corrobora essa má vontade. Pouco antes da prisão do ex-presidente, seus advogados entraram com uma reclamação no STF contra a execução antecipada da pena, ao argumentarem que a Corte não exige a prisão em segunda instância, mas apenas abre a possibilidade para tanto. Fachin negou o trâmite do recurso e não levou o tema a seus colegas de segunda turma ou de plenário.

No caso de Dirceu, que também contestou a prisão antecipada, Toffoli adotou outra postura. Assim como Fachin, o ministro defendeu que a prisão em segunda instância é autorizada pelo Supremo a partir do entendimento formado em 2016. Ele negou o recurso em seu despacho, mas preferiu levar o caso à apreciação da Segunda Turma. Na terça-feira 26, o ex-ministro acabou libertado com base nessa reclamação.

Na tribuna da Câmara, o deputado



Nome aos bois. “É uma evidente chicana”, diz Eugênio Aragão, ao falar sobre a manobra do TRF da 4ª. Região

Wadhi Damous, do PT, alertou para a consolidação de uma “jurisprudência Lula” no Brasil. “Aquilo que vale para os outros não vale para o presidente Lula. Princípio da presunção de inocência? Não vale para ele. O que a defesa do presidente fala, clama e grita entra por um ouvido e sai pelo outro desses inimigos da Constituição”, emendou o parlamentar, ex-presidente da OAB no Rio de Janeiro, para quem o ministro Fachin tramou uma “tocaia judicial” contra o petista.

Nomeado por Dilma Rousseff em maio de 2015, Fachin tornou-se uma indigesta surpresa para os que defenderam a sua indicação para a vaga deixada por Joaquim Barbosa. Nascido em Rondinha, com 5,5 mil habitantes, no interior gaúcho, o ministro era próximo de movimentos sociais e tinha um perfil considerado progressista. Especialista em Direito Civil e da Família, com pós-doutorado no Canadá, lecionava na Universidade Federal do Paraná, onde se graduou em 1980. Simpático ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, defendeu publicamente a legitimidade das ocupações e, por indicação da Central Única dos Trabalhadores, integrou a Comissão da Verdade do governo Beto Richa.

Em 2010, chegou a participar de um ato em prol da candidatura petista, no qual leu um manifesto assinado por advogados e juristas. “Apoiamos Dilma para prosseguirmos juntos na construção de um país capaz de um crescimento econômico que signifique desenvolvimento para todos, que preserve os bens naturais, um país socialmente justo que continue acelerando a inclusão social e que consolide soberano sua nova posição no cenário internacional”, discursou. O texto afirma ainda que o governo Lula “preservou as instituições democráticas” e jamais tentou “alterar casuisticamente a Constituição para buscar um novo mandato”.

A sabatina no Senado que aprovou a nomeação de Fachin demorou mais de





12 horas, uma das mais longas e tensas das últimas décadas, devido à oposição encampada por ruralistas e evangélicos. “Sempre ouvi falarem muito bem dele, tanto do ponto de vista acadêmico quanto de sua atuação política. Quando o sondaram para a vaga no Supremo, chegaram a me perguntar o que achava da indicação. ‘Por mim, está ótimo. Não tenho nada contra, não’. Ele tinha a recomendação até do João Pedro Stedile, do MST, por que iria me opor?”, recorda Aragão. “Parecia um bom nome. Jamais poderia prever que iria dar essa cambalhota toda.”

Em sete meses, a primeira decepção. Relator de uma ação movida pelo PCdoB questionando os procedimentos do *impeachment*, Fachin não apenas recusou o pedido para que o então presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, fosse afastado do comando do processo, como referendou todo o rito tramado pelo peemedebista, que viria a ser preso e cassado no ano seguinte. No entendimento do ministro, por sinal, Dilma deveria ter sido destituída da Presidência logo após a votação na Câmara. Foram os

seus colegas que decidiram exigir uma confirmação do Senado.

Com a morte de Teori Zavascki em um desastre aéreo, em janeiro do ano passado, Fachin assumiu a relatoria da Lava Jato no Supremo e voltou a causar espanto pelo viés punitivista. Por sua trajetória política, esperava-se que o ministro adotaria uma postura mais garantista. Ledo engano. “O que verificamos foi uma proximidade muito além do recomendável entre ele e o Ministério Público Federal. A relação dele com o procurador-geral era mais do que próxima, a ponto de a mulher de Rodrigo Janot trabalhar para o Fachin, e não como funcionária do

Nomeado por Dilma em 2015, Fachin tornou-se uma indigesta surpresa para quem defendeu a sua indicação

Dirceu não é Lula. A reclamação que libertou o ex-ministro é muito semelhante a outra apresentada pela defesa do ex-presidente e rejeitada por Fachin

STF”, diz Aragão. Antiga funcionária da Globo, a jornalista Débora Santos Pelella foi contratada para cuidar da imagem dele. “Não pega bem. O Ministério Público é parte interessada.”

Apesar de referendar a maior parte dos atos da Lava Jato, Fachin manteve a coerência em assuntos relacionados às disputas agrárias. Dá votos importantes a favor de quilombolas, índios e sem-terra, comenta um antigo colega de militância. Mesmo esse generoso amigo lamenta, porém, o “engajamento” de Fachin na trama para inviabilizar Lula a qualquer custo.

Na avaliação do cientista político Aldo Fornazieri, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, quem não deveria mais se surpreender é o PT, mas as lideranças do partido insistem em acreditar na ilusão de que o Judiciário vai restabelecer a verdade e a ordem democrática. “O golpe em curso tem duplo objetivo: derrubar Dilma e inviabilizar Lula. O STF faz parte desse jogo, tanto que chancelou o *impeachment* e se omitiu diante das ilegalidades da Lava Jato”, afirma o professor. “A única forma de influenciar um tribunal político é a mobilização popular.”

Fornazieri não consegue entender a razão de o partido não apostar no engajamento político. “O PT diz ter 2 milhões de filiados e vive um momento no qual a opinião pública é mais favorável. Lula segue na liderança isolada das pesquisas de intenção de voto, a popularidade do juiz Sergio Moro está em franco declínio e, mesmo assim, os petistas não saem às ruas. Por quê?”, indaga. “Não adianta esperar um presente do STF. Passou da hora de encarar a realidade: o Judiciário é parte do golpe.” •